

A CONCEPÇÃO DE MULHER RETRATADA PELOS DIFERENTES GÊNEROS MUSICAIS: PROPOSTAS DE PESQUISAS EM POLÍTICAS DE IDENTIDADES E IDENTIDADES POLÍTICAS

EL DISEÑO DE LA MUJER RETRATADA POR DIFERENTES GÉNEROS MUSICALES: PROPUESTAS DE INVESTIGACIÓN EN POLÍTICAS DE IDENTIDAD E IDENTIDADES POLÍTICAS

THE WOMAN'S CONCEPTION PORTRAYED BY DIFFERENT MUSICAL GENRES: RESEARCH PROPOSAL IN IDENTITY POLICIES AND POLITICAL IDENTITIES

Diego Azevedo GODOY¹
Célia Regina ROSSI²

RESUMO: Esta pesquisa se fundamenta pela ótica da Psicologia Social Dialética de Lane (1984), passando por autores como: Goffman (1977), (2004), Ciampa (1977), (2002), Honneth (2003), Habermas (1983) e principalmente os pressupostos da teoria da Identidade de Ciampa (2007). O objetivo dessa pesquisa tem como foco a busca pela compreensão de como o feminino é retratado por diferentes estilos/gêneros de música do Brasil. A metodologia que amparará esse estudo é qualitativa. Começando através de uma perspectiva histórica e bibliográfica, levantando dados de obras publicadas, logo a metodologia passará por uma segunda etapa, onde o campo será as entrevistas de narrativas de histórias de vida profissional de musicistas femininas dos diferentes estilos/gêneros estudados, para obter uma escuta ativa da própria autora feminina que constrói/retrata os vários femininos em sua música, dando ênfase no âmbito dos estudos das Políticas de Identidades e Identidades Políticas.

PALAVRAS CHAVE: Identidade. Políticas de identidade. Música. Feminino.

RESUMEN: *Esta investigación se basa en la perspectiva de la psicología social dialéctica Lane (1984), de autores como Goffman (1977), (2004), Ciampa (1977), (2002), Honneth (2003), Habermas (1983) y, especialmente, los supuestos de la teoría de la identidad Ciampa (2007). El objetivo de esta investigación se centra en la búsqueda de la comprensión de como lo femenino es interpretado por diferentes estilos / géneros de la música en Brasil. La metodología que sostendrá este estudio es cualitativo. Comenzando a través de una perspectiva histórica y biográfica, levantando obras y datos publicados, por lo que la metodología será sometida a una segunda etapa, en el campo serán entrevistas profesionales, historias a partir de narrativas de vida de mujeres músicos de diferentes estilos / estudiando los géneros de una escucha activa de la propia autora femenina que construye / retrata varias mujeres en su*

¹ Universidade Estadual Paulista (Unesp), Araraquara – SP – Brasil. Doutorando em Educação Escolar. E-mail: diegogodoy@hotmail.com.br.

² Universidade Estadual Paulista (Unesp), Araraquara – SP – Brasil. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar. E-mail: celiarr@rc.unesp.br.

música. Dando ênfasis a los estudios de las políticas de identidad.

PALABRAS CLAVE: *La identidad. La identidad política. Música. Femenino.*

ABSTRACT: *This work is the proposal of a research project that is based from the perspective of Social Psychology Dialectic of Lane (1984), through authors such as Goffman (1977), (2004), Ciampa (1977), (2002), Honneth (2003), Habermas (1983) and especially the theory of the assumptions of the author's identity mentioned above Ciampa (2007). This study focuses on the search for understanding of how women are portrayed by different styles and music genres, in Brazil. The qualitative methodology begins with a study through an historical and bibliographical perspective lifting of works published data, so the methodology undergoes a second stage, where the field will be interviews narratives professional life stories of musicians of different genres studied, in order to obtain an active listening of one's female author who builds / portrays the feminine in his music. Giving emphasis to the studies of Identity Policies and Identity Policies.*

KEYWORDS: *Identity. Political identity. Music. Female.*

Introdução

De longe escutamos músicas que nos foram apresentadas e colocadas muitas vezes sem que pudéssemos escolher, músicas que aprendemos a gostar de alguma forma, por identificação, às vezes pela harmonia/melodia/ritmo musical, às vezes pela ideologia/movimento que está por detrás do gênero, às vezes por identificações subjetivas com a pessoa que apresentou a canção (familiar, cultura, círculo de amigos, etc) ou, muitas vezes, as músicas nos trazem de volta alguém, algum fato, uma lembrança.

Nessa constituição existencial de vida, os estímulos que nos são dados/outorgados/atribuídos, como no caso de quando alguém nos apresenta um estilo de música que não conhecemos, e coloca para escutarmos, não necessariamente aquilo nos parece bom, é claro que a diversidade é algo que se faz necessário, porém, nem tudo que nos é apresentado nos toca, nos sensibiliza.

Muitas vezes não sabemos escolher a qualidade do que nos é apresentado, então interagimos com o objeto de identificação (que no caso desse estudo é a música), e de alguma forma passamos a escutá-la, usá-la, lê-la, senti-la e vivê-la de um jeito espontâneo, sem conhecimento e reconhecimento do que a musica nos apresenta e nos diz, sem saber os conteúdos, apontamentos, os preconceitos, os valores, a moral e os

modos de ser e estar no mundo. Muitas vezes ela fala e nós não escutamos, ou melhor, escutamos o que queremos escutar.

Assim, esse movimento de aprimoramento da música ou gênero musical por nós mesmos pode possuir um sentido que ao decorrer de algum tempo se transforma em outro e pode passar pela reflexão crítica e atribuição de significados subjetivos, mas, às vezes, esse movimento não passa por esta etapa de reflexão crítica e somente fica na atribuição de significados subjetivos, em grande parte, alienados a outras instâncias e instituições, que não necessariamente legitimam a existência daquele próprio indivíduo que escuta a música, e por isso às vezes, não possui essência e significado individual para entender o significado social que a música tem para os indivíduos.

Essa pesquisa surge para impulsionar o desenvolvimento de estudos que buscam por princípio retratar como a mulher é construída por alguns estilos musicais brasileiros (Funk; Sertanejo; Samba; Rock), mas para tal, passaremos necessariamente a uma discussão social da música, de como ela usa atributos excessivamente narcísicos, exibicionistas, nas questões de gênero, com ênfase no poder econômico e foco nas relações afetivas e sexuais, sempre tendo o gênero feminino como um objeto estigmatizado, ou ainda, submetido nas relações afetivas, gerando uma apropriação musical alienada sobre a mulher nas obras musicais; mesmo as compositoras estão infectadas por essas situações na construção de suas obras.

Assim também como muitos objetos de nossa realidade, a música apresenta dois caracteres, e o aspecto positivo ressaltado pela música pode ser reconhecido pela construção de letras pelas próprias musicistas mulheres, ressaltando a relevância que a música que aponta a mulher tem no movimento social feminino. Também o fato de muitas mulheres produzirem trabalhos musicais e atuarem no meio musical de uma forma política ou até mesmo em lugares que somente os homens ocupavam, possibilitando uma emancipação referente à política de identidade (termo discutido mais a frente) do grupo feminino.

Como visto, já começamos a falar de termos científicos antes de apresentá-los; pois bem, gostaríamos de chamar a atenção do leitor para apresentar as referências bibliográficas e teóricas que embasam nosso estudo.

Esse estudo tem como linha fundamental a dimensão social, portanto, nessa dimensão, considera-se o indivíduo na sociedade e como suas identidades são construídas, se desenvolvem e se emancipam, pela e na música, assim, o conceito mais importante a ser problematizado e explicitado para a compreensão do objetivo proposto

no estudo é: o conceito de identidade proposto por Ciampa (2007) em sua abordagem metodológica de Identidade-metamorfose-emancipação, que falaremos a seguir.

Ao estudarmos a concepção de identidade e a obra elaborada por Ciampa (2007), devemos entender que o conceito e a categoria de estudo posto pelo autor acima (2007) se constitui em um processo dialético, que considera a noção de indivíduo como ator social em constante movimento/interação e apresenta maior sentido ao considerar a noção do sintagma: identidade-metamorfose-emancipação, conceitos que estão precisamente associados um ao outro.

A metamorfose traz o sentido de transformação que existe no processo de constituição da identidade, mesmo quando parece não haver metamorfose na identidade, é somente uma aparência de mesmice que surge como momento de estagnação, a identidade é metamorfose e são as lutas pela transformação que visam o movimento de emancipação, estabelecendo uma tríade conceitual com um sentido singular. No caso da música, ela tem força de transformação do gênero feminino na sociedade. Como a sociedade olha, identifica e respeita a mulher é fruto também de como a música a retrata. A música tem um papel muito forte de submissão, opressão, mas também de fortalecimento do feminino.

Um pensamento básico para começarmos a ter ideia do conceito de identidade de Ciampa (2007), é nos dirigirmos a suas referências para construir tal conceito. Como o fato de que não nascemos humanos e sim nascemos humanizáveis, “[...] o indivíduo não nasce membro da sociedade. Nasce com predisposição para a sociabilidade e torna-se membro da sociedade.” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 167). Antes mesmo de nascer, quando nossos pais ou familiares escolhem nossos nomes, projetam nossos quartos, compram nossas roupas, se inicia o processo de constituição da identidade, a nossa identidade é inicialmente atribuída pelos papéis que podemos ocupar e/ou ocupamos no meio sócio-histórico que pertencemos, possibilitando a compreensão que em identidade o vir a ser precede o ser em si. “Ou seja, sempre há a pressuposição de uma identidade; sempre uma identidade é pressuposta, podemos até desconhecê-la; mas, pressupomos sua existência.” (CIAMPA, 2007, p. 153), mesmo que haja mudanças significativas, temos muitos exemplos que nos remetem a essa identidade do vir a ser, assim como o caso de espera dos pais de um menino, e sua identidade no decorrer de seu desenvolvimento, atua como menina.

A identidade como pressuposição é uma identidade dada, atribuída, outorgada pelo outro, o primeiro momento da identidade é pressuposta, “suposta

antecipadamente”. Quando a pressuposição é incorporada e atua diretamente no indivíduo, ele passa a articular e ocupar uma posição a despeito do grupo social, se relacionando assim em diferentes esferas, articulando sua posição, apresentando sua posição e representando as características que lhe foram atribuídas em sua pressuposição.

Logo, após ser pressuposta e posta, a identidade é reposta a todo o momento na relação e interação com o meio pelo próprio indivíduo. A reposição corta o processo de tempo, ‘sucessão temporal’, aparecendo então como dado de uma identidade pronta, fixa, permanente e estável, que Ciampa (2007, p. 164) compreende ser a mesmice de si. “A mesmice de mim é pressuposta como dada permanentemente e não como reposição de uma identidade que uma vez foi posta.”, conseqüentemente podemos entender que, “uma vez que a identidade pressuposta é reposta, ela é vista como dada – e não como se dando num contínuo processo de identificação.” (CIAMPA, 1984, p. 66).

Muitas vezes é possível ter uma sensação da aparência de mesmice, ou da não transformação, mantendo uma identidade conservada, ou acreditando que ela permaneça igual.

Assim, a identidade que se constitui no produto de um permanente processo de identificação aparece como um dado e não como um dar-se constante, que expressa o movimento do social. (CIAMPA, 2007, p. 171).

Estudando esse processo de constituição da identidade, ao fazermos uma análise teórica podemos conceber sucessivas superações dialéticas em seu modo de conceber o indivíduo em constante desenvolvimento e formação da identidade; a ideia de identidade como algo fixo, estável e estático é excluído pelo autor acima (2007), ao trazer em sua teoria o sentido do conceito de metamorfose levando à concepção de um processo constituinte e inerente/intrínseco à constituição da identidade.

Identidade frequentemente é vista como representação (representada), vista como dada; vimos que considerá-la só do ponto de vista representacional (enquanto produto) deixa de lado o aspecto constitutivo (enquanto produção), bem como as implicações recíprocas desses dois momentos. (CIAMPA, 2007, p. 160).

Somos socializados, estimulados a interagir de acordo com a cultura em que estamos inseridos. A identidade em seu conceito engloba todos os aspectos envolventes

do ser humano, sendo um processo dialético de desenvolvimento social, e nosso reconhecimento como seres humanos vêm por meio de nossas representações identitárias. Em um artigo chamado “Indivíduo e sociedade” de Berger (1971), podemos ler o seguinte:

É dentro da sociedade e como resultado de um processo social, que o indivíduo se converte em pessoa, adquire e mantém uma identidade e realiza os diversos projetos que constituem sua vida. (BERGER, 1971, p. 2).

Embora o autor articule: ‘adquirem e mantém uma identidade’, ele também fala dos diversos projetos que constituem a vida.

[...] (identificações/desidentificações) são moduladas por desejos, vontades, estados de ânimo, motivos, interesses, percepções de ordem pessoais, subjetivas, bem como pelo modo como articulamos subjetivamente valores, padrões, crenças interiorizados: “da confluência [...] de nossas necessidades com as prescrições e expectativas interiorizadas de nossos papéis elaboram-se as máscaras de nosso desempenho social” (Fonseca, 1988, 73). A própria individualidade, inclusive, já pressupõe um processo anterior de investimentos que modulam a constituição do indivíduo. (Almeida, 2005, p. 57).

Enquadramento teórico

Partiremos então para uma das discussões da categoria que nos interessa abordar, a questão sobre políticas de identidade e identidades políticas, relacionando-se com as políticas de gênero:

Grupos sociais lutam pela afirmação e pelo desenvolvimento de suas identidades coletivas, no esforço, de controlar as condições de vida de seus membros; indivíduos buscam a transformação e o reconhecimento de suas identidades pessoais na tentativa de resolver conflitos em face de expectativas sociais conflitantes. A questão das políticas de identidade de grupos envolve a discussão sobre autonomia (ou não), que se transforma para indivíduos em indagações sobre autenticidade (ou não) de identidades políticas, talvez refletindo duas visões opostas, dependendo de se colocar ênfase na igualdade - uma sociedade centrada no estado - ou na liberdade - uma sociedade composta de indivíduos. (CIAMPA, 2002, p. 1).

Dessa forma, políticas de identidade dizem respeito a um grupo e suas relações em comum; as ações e os objetivos que o coletivo possui, refletem consequentemente nos membros desse coletivo. “Nessa concepção, as políticas de identidade passam pelo reconhecimento social de forma generalizada, influenciando a vida e as relações de grupos e indivíduos”. (DECOME POKER, 2014, p. 83).

As políticas de identidade procuram motivar os indivíduos para atenderem às necessidades e exigências de integração social e de acomodação à normatividade vigente, possibilitando que projetos individuais e particulares sejam elaborados segundo os parâmetros socialmente estabelecidos. (ALMEIDA, 2005, p. 132).

Ou seja, são ações, movimentos sociais e políticos que em dimensões universais visam transformar ou preservar interesses coletivos de modelos identitários, vinculados a aspectos de ideologias, status, posições e interesses sociais. Nelas podem emergir aspectos tanto regulatórios, podendo servir de instrumentos de repressão e dominação, como emancipatórios, por grupos com históricos de exclusão, através da requisição e reivindicação do reconhecimento, como é o caso de mulheres. “O reconhecimento social para fins regulatórios com caráter ideológico tem por pressuposto a valorização de pessoas ou grupos pela submissão dos seus papéis”. (DECOME POKER, 2014, p. 80).

O reconhecimento social e de direitos vem de trabalhos emancipatórios, que estão relacionados sempre às reivindicações. “Os protestos e atividades se situam na busca de alternativas para os rótulos que são imputados às suas condições, colocando alguns grupos em desvantagem em relação a outros”. (DECOME POKER, 2014, p. 80).

Quanto aos grupos excluídos ou em desvantagem, como no caso desse estudo, a mulher, no que tange às relações de reconhecimento dos direitos em âmbitos da hierarquia social, é evidente que a busca pela mudança do significado coletivo socialmente atribuído à condição e ao status que se ocupa, é uma luta pelo reconhecimento do papel que ocupa essa condição deste grupo em relação à sociedade.

As políticas de identidade se configuram pela busca da afirmação e reconhecimento da identidade de grupos que estão principalmente na condição de minoria social, seja pela história, pelo preconceito ou discriminação ao longo do desenvolvimento da sociedade, ao serem estigmatizados pelos grupos dominantes. A título de aceitação do termo, ao empregar *minorias sociais* queremos nos referir a grupos que estejam em situação de subordinação socioeconômica, política,

cultural ou por questões de gênero. (DECOME POKER, 2014, p. 84).

Os movimentos da política de identidade estão nesse sentido vinculados às lutas de classes e contradições sociais de status, visando lutas por melhores condições, sejam elas: econômica, social, cultural, étnica, profissional, de gênero, de idade, de direito humano, de civilidade, de reconhecimento em qualquer dimensão.

As lutas de distintas categorias sociais pelo reconhecimento de direitos, por uma maior participação na cena social são válidas em si mesmo na medida em que alargam o espaço de direitos e de negociações, na medida em que reduzem diferenças, injustiças e a opressão. (ALMEIDA, 2005, p. 139).

A compreensão de política de identidade, segundo Ciampa (2002), utilizando a linguagem dramática,

Pode-se dizer que a política de identidade de um grupo ou coletividade refere-se de fato a uma “personagem” coletiva; fala-se tanto de um “branco” ou “negro”, quanto se pode falar de um “judeu” um “psicanalista”, um “velho”, um “jovem”, um “corintiano”, um “trabalhador”, um “vagabundo” etc.; como os exemplos estão no masculino, vamos incluir também um “homem”, uma “mulher”, lembrando que podemos fazer várias combinações: um “homem branco”, uma “mulher negra” e assim por diante. (CIAMPA, 2002, p. 5).

Já Decome Poker (2014) afirma que é importante ressaltar que o sujeito tem o reconhecimento de si pertencente a um grupo, mas consegue também se afastar e se diferenciar dele, por que se identifica com outras possibilidades de sua identidade.

(é a noção da personagem que não perde a relação com o papel). Desse modo, podemos dizer que é um “Eu” que responde a um “Mim”: o indivíduo, ao buscar a emancipação de uma condição, pode agir de modo criativo e inovador, ou de forma não prevista nas normas daquele grupo. (DECOME POKER, 2014, p. 93).

Consequentemente, na dialética do desenvolvimento das políticas de identidade e identidades políticas:

Essa apropriação da sua história reflete a autenticidade do indivíduo, e mais, a compreensão das determinações que o norteiam como possibilidade de se autodeterminar. Diante disso, a possibilidade de identificação e autonomia é o que pode atribuir um caráter político à identidade daquela pessoa. (DECOME POKER, 2014 p. 94).

Portanto, possuímos uma organização de diversos personagens que se vinculam entre si, agrupando características de várias identidades coletivas que se unem umas às outras e se constituem pelos seus reconhecimentos subjetivos e experiências particulares, construindo e desenvolvendo assim nossa identidade pessoal. Esta identidade pessoal, que é resultado desta articulação de várias identidades coletivas, onde cada qual possui suas políticas de identidade, junto à particularidade do indivíduo, sua subjetividade e suas experiências pessoais, podendo ser vinculada ao conceito de identidade política que é autêntica, original e singular a cada indivíduo.

A identidade política se manifesta pelo rompimento do indivíduo com a homogeneização do seu grupo, ou seja, pela busca do ser para si mesmo, capaz de se representar diante de si e diante dos outros. Nessa condição, o indivíduo tem uma ação diferente do seu grupo, através do processo de individuação. No entanto, ter uma ação que o diferencia do coletivo não quer de nenhum modo fazer referência a um individualismo para atender à “lógica egoísta” que norteia a colonização do mundo da vida pela ordem sistêmica, mas tem uma conotação no sentido da capacidade de auto reflexão e auto entendimento para a autonomia e a individualização decorrentes de um projeto político (que pode ser de âmbito coletivo). (DECOME POKER, 2014, p. 91).

Na busca pela emancipação de ser social, muitas vezes lutamos pelo nosso reconhecimento pessoal e pelo fortalecimento e desenvolvimento do grupo que estamos inseridos, assim reforçamos a nossa identidade política, assim como a do grupo.

A compreensão introdutória dos pressupostos teóricos de identidade coletiva e identidade individual, políticas de identidade e identidades políticas, é fundamental para a discussão do reconhecimento jurídico e estima social³ que Honneth aborda e que nos possibilita um avanço para a compreensão das ideias do texto.

A luta pelo reconhecimento é a luta pelo sentimento de existir, de receber o retorno positivo de sua posição, status ou papel através de interações, sendo esse retorno o que confirma a identidade, que possibilita a compreensão de sua concreta existência por parte de uma contraposição.

O que é universal e constitutivo na humanidade é que entramos, a partir de nosso nascimento, numa rede de relações inter-humanas, portanto, num mundo social; o que é universal é que todos aspiramos a um sentimento de nossa existência. Os caminhos que nos

³ Honneth (2003, p 199) compreende que “a estima social se aplica às propriedades particulares que caracterizam os seres humanos em suas diferenças pessoais”.

possibilitam aí chegar, em compensação, variam segundo as culturas, os grupos e os indivíduos. (TODOROV, 1996, p. 98).

Na sociedade de classes onde vivemos, em meio à hierarquia social e à diversidade cultural, a valorização é muito relativa e subjetiva e os caminhos que levam ao sentimento de existência atravessam lutas emancipatórias, conseqüentemente, a luta pelo reconhecimento de um coletivo em minoria ou em prejuízo, em busca de autonomia e de direitos, que é submetida à oposição predominante de outros coletivos com políticas de identidade regulatória ou opressora em função de aspectos ideológicos, econômicos, culturais, sociais, etc., pode se então tornar uma forma de emancipação.

Dando continuidade aos pressupostos, Honneth (2003), discorrendo sobre os conceitos de estima social e reconhecimento jurídico, evidencia:

A auto compreensão cultural de uma sociedade pré determina os critérios pelos quais se orienta a estima social das pessoas, já que suas capacidades e realizações são julgadas intersubjetivamente, conforme a medida em que cooperam na implementação de valores culturalmente definidos; nesse sentido, essa forma de reconhecimento recíproco está ligada também a pressuposição de um contexto de vida social cujos membros constituem uma comunidade de valores mediante a orientação por concepções de objetivos comuns. (HONNETH, 2003, p. 200).

Assim Honneth, (2003) nos mostra o vínculo entre os conceitos teóricos partindo da compreensão sobre a importância deste tipo de reconhecimento jurídico para o desenvolvimento da estima social.

Quanto mais as concepções dos objetivos éticos se abrem a diversos valores e quanto mais a ordenação hierárquica cede a um concorrência horizontal, tanto mais a estima social assumirá um traço individualizante e criará relações simétricas. (HONNETH, 2003, p.200).

O autor Honneth (2003) percorre três tipos e concepções de reconhecimento social. Vamos nos ater em discorrer sobre o reconhecimento jurídico, que, por decorrer do direito, possui em relação à reciprocidade uma dimensão universal:

Para o direito, Hegel e Mead perceberam uma semelhante relação a circunstância de que só podemos chegar a uma compreensão de nós mesmos como portadores de direitos quando possuímos, inversamente, um saber sobre quais obrigações temos de observar em face do respectivo outro: apenas da perspectiva normativa de um

“outro generalizado”, que já nos ensina a reconhecer os outros membros da coletividade como portadores de direitos, nós podemos nos entender também como pessoa de direito, no sentido de que podemos estar seguros do cumprimento social de algumas de nossas pretensões. (HONNETH, 2003, p.179).

Esta relação jurídica é uma forma de reconhecimento recíproco, no aspecto universal o homem é reconhecido como pessoa que porta direitos em comum, e no aspecto singular, ele obedece ao universal, pois os reconhece como quer ser reconhecido, ou seja, depende do reconhecimento do outro para o seu próprio reconhecimento, “a autonomia individual do singular se deve a um modo particular de reconhecimento recíproco, incorporado no direito positivo.” (HONNETH, 2003, p. 180).

O reconhecimento jurídico e a estima estão associados ambos a questões que perpassam pelas dimensões da experiência da dignidade, da honra, da reputação e do prestígio social. Para aprofundar a reflexão sobre a dimensão da estima social no âmbito do reconhecimento, é necessário entender a relação entre as categorias citadas acima.

Enquanto as concepções dos objetivos éticos da sociedade são formuladas ainda de maneira substancial e as suas concepções axiológicas correspondentes são articuladas de maneira hierárquica, de modo que uma escala de formas de comportamento de maior ou menor valor, a medida da reputação de uma pessoa é definida nos termos da honra social: a eticidade convencional dessas coletividades, permite estratificar verticalmente os campos das tarefas sociais de acordo com sua suposta contribuição para a realização dos valores centrais, de modo que lhes podem ser atribuídas formas específicas de conduta de vida, cuja observância faz com que o indivíduo alcance a “honra” apropriada a seu estamento. Nesse aspecto, o termo “honra” designa em sociedades articuladas em estamentos a medida relativa de reputação social que uma pessoa é capaz de adquirir quando consegue cumprir habitualmente expectativas coletivas de comportamento atadas “eticamente” ao status social [...] (HONNETH, 2003, p. 201).

Sendo que o reconhecimento social de gênero coletivo feminino é subordinado ao status que o papel desse coletivo ocupa no meio social, representado pelo gênero musical, se torna de fundamental importância discutir e compreender como as políticas de identidades e identidades políticas, agem em relação ao reconhecimento jurídico e à estima social da mulher.

No momento, é importante saber aqui apenas quais conclusões se podem tirar preliminarmente da comparação entre o reconhecimento

jurídico e a estima social: em ambos os casos, como já sabemos um homem é respeitado em virtude de determinadas propriedades, mas no primeiro caso se trata daquela propriedade universal que faz dele uma pessoa; no segundo caso pelo contrário, trata-se das propriedades particulares que o caracterizam, diferentemente de outras pessoas. Daí ser central para o reconhecimento jurídico a questão de como se determina aquela propriedade constitutiva das pessoas como tais, enquanto para a estima social se coloca a questão de como se constitui o sistema referencial valorativo no interior do qual se pode medir “valor” das propriedades características. (HONNETH, 2003, p. 187).

Vemos então como o reconhecimento jurídico da identidade da mulher está diretamente relacionado ao “valor” social de sua representação coletiva e a estima social está relacionada ao “valor” pessoal transmitido socialmente. Por isso as políticas de identidades e as identidades políticas estão ligadas aos dois momentos dialeticamente.

Do reconhecimento da pessoa enquanto tal se distingue então a estima por um ser humano, porque está em jogo nela não a aplicação empírica de normas gerais, intuitivamente sabidas, mas sim a avaliação gradual de propriedades e capacidades concretas; daí ela pressupor sempre, como Darwall afirma em concordância com Ihering, um sistema referencial valorativo que informa sobre o valor de tais traços da personalidade, numa escala de mais ou menos, de melhor ou pior. (HONNETH 2003, p. 186).

Assim, a estima se torna de extrema importância para a identidade coletiva, pois ela se desenvolve como algo do particular, mas também está relacionada ao retorno do coletivo dependendo do reconhecimento do papel, do status e das possibilidades da posição ocupada.

Se a estima social é organizada segundo esse padrão estamental, então as formas de reconhecimento associadas a ela assumem o caráter de relações, simétricas por dentro, mas assimétricas por fora, entre os membros estamentais culturalmente tipificados: no interior dos grupos determinados por status, os sujeitos podem se estimar mutuamente como pessoas que, por força da situação social comum, partilham propriedades e capacidades a que compete na escala dos valores sociais uma certa medida de reputação social; entre grupos definidos por status, existem relações de estima escalonada numa hierarquia, que permite aos membros da sociedade estimar propriedades e capacidades no sujeito estranho ao respectivo estamento, as quais contribuem, numa medida culturalmente pré determinada, para a realização de valores partilhados em comum. (HONNETH, 2003, p. 203).

Pode-se então compreender que, parte do status, dos papéis e personagens, estão vinculados às ações/movimentos de políticas de identidade, e são resultados também de um determinado reconhecimento social jurídico e do reconhecimento social da estima

do indivíduo, exercendo uma importância fundamental em nossas vidas o reconhecimento de nossa identidade e a estima social no desenvolvimento da identidade coletiva de gênero.

[...] Os sujeitos humanos precisam ainda além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social que lhes permitira referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas. (HONNETH 2003, p. 198).

A estima social diferente do reconhecimento jurídico; está mais relacionada com a identidade coletiva e a identidade de papel em uma dimensão individual do que na dimensão universal, apresentando relações com a estima pessoal, que por sua vez também é diferente do reconhecimento jurídico e está mais ligada com a identidade individual e a identidade do eu, também sendo em uma dimensão individual, porém particular e singular.

Então, a relação que procuramos analisar é a representação que a estima social e a estima pessoal tem vinculadas aos estilos que trazem as identidades das mulheres dentro de uma perspectiva de submissão, exclusão, dominação e opressão, e os estilos e gêneros que apontam para um empoderamento da mulher, assim como outros românticos, outros de mulher trabalhadora, outros ainda de mulher também opressora e outras de igualdade e equidade, que é o estilo e gênero que mais se deve valorizar na sociedade contemporânea.

Os estilos musicais que a pesquisa propõe para estudo nesse universo múltiplo de estilos e gêneros são diversos, para que seja possível abarcar todas as análises citadas acima; assim, os sugeridos são: o funk brasileiro, o samba, o mpb e o sertanejo.

Proposta metodológica

A fundamentação teórica desse estudo proporciona um tipo de pesquisa elaborada através da perspectiva da Psicologia Social Dialética, estabelecendo vínculos multidisciplinares entre áreas de estudo como a Psicologia, a Educação e a Música, mas relacionados dentro da categoria de estudo de Identidade, de acordo com os pressupostos teóricos estudados por (CIAMPA, 2007), que apontamos no capítulo acima.

O objetivo de um estudo como esse é estabelecer um ponto de partida para discussões e criar ideias de novos projetos de pesquisa a fim de estudar os sentidos e

obter as diversas compreensões de como o feminino é retratado por diferentes estilos/gêneros de música; os estudos passam através de perspectivas históricas e bibliográficas, levantando dados de obras publicadas e analisando os sentidos identitários das letras, conseqüentemente, as metodologias em estudo de campo terão como propostas as entrevistas de narrativas de histórias de vida profissional das musicistas dos diferentes estilos/gêneros estudados, para poder obter uma escuta ativa da própria autora feminina que constrói/retrata o feminino em sua música. Como procedimento antes das entrevistas, quando a metodologia for aplicada integralmente, deve haver uma elaboração detalhada do termo de consentimento, que será enviado, analisado e assinado pelas musicistas.

Na pesquisa decorrente e posterior a este artigo como parte desta metodologia integral e completa, serão ouvidas para recolhimento de dados quatro mulheres compositoras, dos estilos e gêneros propostos a serem estudados: funk brasileiro, samba, mpb e sertanejo.

Dentro da perspectiva teórica dos autores discutidos, o intuito será de mostrar a relevância de estudos como esses para melhor compreensão das identidades que se formam e que se constroem. Aqui apontaremos o primeiro passo, o modelo da análise da obra, porém outros artigos que serão construídos devem caminhar para entender o porquê da escolha da confecção da letra e da música, dando continuidade ao entendimento que as mulheres compositoras têm do feminino e o porquê das escolhas, pela constituição das políticas de identidades (coletivo) e identidades políticas (individual).

A proposta metodológica deste tipo de pesquisa proposto procura ampliar conceitos para metodologias e projetos na área, que se dividem nas duas etapas citadas acima. Procuramos então clarear a compreensão do leitor mais objetivamente, portanto, o procedimento metodológico completo que está sendo proposto ocorrerá da seguinte maneira: a primeira etapa se desenvolverá como uma revisão bibliográfica e análise de dados através de obras publicadas sobre o tema, ou seja, análise da retratação do feminino nos diferentes estilos/gêneros musicais presentes no Brasil; a segunda etapa da metodologia será em campo, através das entrevistas abertas, compostas por narrativas das histórias de vida profissionais dessas musicistas/autoras em todos os estilos/gêneros estudados, ou seja, a narrativa e os relatos de como elas mesmas compreendem o feminino e o constroem nos seus estilos/gêneros musicais, como e por que retratam o feminino em suas composições.

Com essas revisões, buscaremos as categorias e subcategorias; com esses dados levantados e apurados, faremos as análises e as concepções que essas musicistas/autoras desvelam ao público que as escutam, procurando entender como tais letras constroem ideologias, identidades, retratam realidades e mudanças dessas realidades, (des)constroem marcas, estigmas e preconceitos.

Portanto, este artigo fará somente um recorte, contendo a primeira parte da metodologia apresentada, a análise bibliográfica de uma obra, apresentando uma letra de música de um estilo/gênero selecionado como parte da mostra: faremos uma análise para compreender as relações e os sentidos da identidade feminina retratada, a análise de outras obras de outros estilos/gêneros serão propostas em outros artigos, e a continuidade da pesquisa com a segunda etapa da metodologia onde acontece a narrativa das histórias de vida também comporão outros artigos.

A análise aqui proposta com fundamentação na teoria de identidade de (CIAMPA 2007) e todo referencial proposto até o momento, será da obra de uma musicista do Estilo/Gênero Funk brasileiro; como a primeira etapa da metodologia não se propõe às entrevistas de narrativas de história de vida, e sim focando na análise bibliográfica de uma obra publicada, não temos a preocupação com o sigilo da autora.

A escolha da obra sobre onde versará a análise se deu pelo critério de uma referência estatística, embora nossa metodologia seja qualitativa, o critério de escolha foi em relação à quantidade, no sentido de que não temos tempo de explorar todas as diferentes perspectivas de obras, considerando uma vasta diversidade; em um estudo como um artigo temos espaço somente para apresentar a primeira parte do estudo, que se propõe a uma introdução da metodologia proposta a este tipo de pesquisa. Assim, optamos por uma obra que representa e se encontra entre a grande maioria estatística das obras musicais deste estilo/gênero que atinge a população mais diretamente, e consequentemente são mais populares e conhecidas; porém, é necessário destacar que esta análise não representa a totalidade absoluta, e não significa que todas as obras deste estilo/gênero são similares e se estabelecem da mesma forma.

A letra de música escolhida foi: “Eu Sou a Diva que Você Quer Copiar”, de Valeska Popozuda:

*O meu brilho você quer
Meu perfume você quer
Mas você não leva jeito
Pra ter sucesso, amor, tem que fazer direito*

*Eu já falei que eu sou top
Que eu sou poderosa
Veja o que eu vou te falar
Eu sou a diva que você quer copiar*

*Se der mole, te limpo todinho
Tudo bem, demorô, não faz mal
Passo o rodo e dou uma esfregada
O meu brilho é natural*

*Abre o olho senão eu te pego
E te dou uma escovada
Toma vergonha na cara
Sai pra lá, falsificada*

As políticas de identidade representadas em sua grande maioria (tirando algumas exceções) pelo movimento funk brasileiro feminino, são políticas de identidades coletivas de um grupo que “se conversa e se entende” através de certas rivalidades de posições/status, que dizem respeito a valores, educação, e comportamentos de imposição em certa “lei natural do mais forte”; esta luta de classes que formaliza um conflito entre o mais forte dominando o mais fraco se encaixa não somente aos padrões econômicos de ostentar o material físico, mas também ideológico, como a imposição dos padrões de sensualidade, vulgaridade, exibicionismo e narcisismo perante o gênero masculino para com o gênero feminino, provocando a competição de poder através da humilhação do feminino que se apresente ou se faça de qualquer outra forma diferente da que é imposta pelas políticas de identidade deste coletivo e deste meio social.

As formas que se expressam e representam as políticas de identidades acabam sendo criadas e ‘regulamentadas’ pelo próprio grupo que a reproduz, exercendo um movimento circulatório tendencioso que dando voltas e voltas sempre acaba no mesmo lugar, uma alienação do gênero feminino.

A música que estamos analisando apresenta esta tendência de reproduzir a alienação, a submissão feminina junto aos homens, ao ‘colocar o lugar que estas mulheres devem ocupar’, além de evidenciar a disputa pelo macho como em uma ‘seleção natural dos animais’, proporcionando a continuação histórica reproduzida pelo machismo de um estereótipo feminino de mulher submissa que briga por um macho sustentador e poderoso e ela frágil e impotente.

Briga essa que se dá através de opressão e humilhação, e onde a referência para ‘se dar bem’ é apresentar um comportamento e uma identidade narcísica, vaidosa,

exuberante, exibicionista, com padrão estético pela transformação do corpo, com os peitos, os glúteos e as pernas volumosos e grandes, com o mínimo de roupas, adornos para um objetivo de mais nudez, e uma sexualidade escancarada do tipo ‘dada’, ‘atrevida’, a máxima que se deseja é a exposição, a supremacia do corpo, da beleza, da estética.

A música faz um paralelo entre a letra real e algumas insinuações tendenciosas que causam uma segunda intenção além do sentido mais óbvio: são as chamadas metáforas; na primeira estrofe ela mostra a ‘suposta inveja de alguém que quer tirar o que é meu’ mas não é capaz, porque não é do ‘mesmo nível’, “Não faz direito”, seguindo para a segunda estrofe, ela proclama o poder se identificando como a diva, e que a ‘suposta outra’, a persegue querendo copiá-la. Já na terceira estrofe, ela se dirige ao homem ou macho e evidencia a intenção sexual disfarçada por uma posição de submissão a este macho: “Se der mole, te limpo todinho, Tudo bem, demoro, não faz mal. Passo o rodo e dou uma esfregada, O meu brilho é natural”; na última estrofe ela se dirige diretamente para esta ‘suposta outra’ com ameaças diretas, provocando a briga e o conflito e finalizando com uma humilhação de não ser real, não ser original, não ser de verdade: “Abre o olho senão eu te pego” “E te dou uma escovada” “Toma vergonha na cara” “Sai pra lá, falsificada”.

Esta é uma letra que estimula a ideia da violência, inveja e da humilhação; lembrando que a letra da música acima é uma pequena e curta análise da letra como proposto anteriormente: para próximos trabalhos teremos a intenção de analisar as letras de obras dos outros estilos/gêneros discutidos acima, para fortalecimento da ideia do que podem estas letras no que tange a modos de exclusão e violência.

Considerações que se desvelam para outras pesquisas

Uma análise do videoclipe e todo o formato audiovisual juntos é uma proposta que não cabe neste primeiro estudo e apresentação do mesmo, uma vez que a complexidade de uma análise para além das letras se faz necessária com um estudo em longo prazo, por meio de análises mais complexas, longas e um acompanhamento muito intenso nestes atores do estudo, publicadas assim por meio de uma dissertação ou uma tese.

A proposta está lançada: este artigo abre a possibilidade urgente de alertar, desassossegado e instigar outros pesquisadores para mais e mais estudos serem

realizados, para adentrar a pesquisa e ao tema com profundidade, por se tratar de um assunto contemporâneo, que afeta a identidade de cada vez mais de jovens, disseminando mais e mais relações de poder, de submissão, de violência e exclusão.

Identidade é movimento, porém, uma vez que a identidade pressuposta é repostada pelos ritos sociais, passa a ser vista como algo dado e não como se dando. A reposição, portanto, sustenta a mesmice, que é a ideia de que a identidade é atemporal e constante: identidade-mito. A superação da identidade pressuposta denomina-se metamorfose. (FARIA; SOUZA, p. 36, 2011 apud CIAMPA 1987).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. A. M. **Sobre a anamorfose: identidade e emancipação na velhice.** Tese de doutorado em Psicologia Social. São Paulo: PUC, 2005.

BERGER, L. P. Indivíduo e sociedade. In: Berger, L. P. **El dosel sagrado.** Buenos Aires: Amorrortu, 1971. Cap. 1.

BERGER, L. P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

CIAMPA, A. C. Identidade. In: LANE, S. T. M; CODO, W. (org.) **Psicologia social: o homem em movimento.** 1ªed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 58-75.

CIAMPA, A. C. Políticas de identidade e identidades políticas. In: DUNKER, C. I. L; PASSOS, M. C. (Orgs.). **Uma psicologia que se interroga: ensaios.** São Paulo: Edicon. 2002. p. 133-144.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social.** 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DECOME POKER, C. T. **O que eu fiz com o que as instituições fizeram de mim? A história de Molly e sua luta por emancipação frente às políticas de identidade no acolhimento institucional.** 2014, 237p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2014.

FARIA, E.; SOUZA V. L. T. Sobre o conceito de identidade: apropriações em estudos sobre formação de professores. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional,** São Paulo, v. 15, n. 1, p. 35-42, jan./jun., 2011.

FALCHI, C. A. As sexualidades no âmbito escolar. Respostas científicas e históricas transformadas em questionamentos e problematizações. In: **Anais do VII Seminário de Pós-graduação em Filosofia da UFSCAR,** 2011, São Carlos, UFSCAR.

FIGUEIREDO, A. A. F.; QUEIROS T. N. A utilização de rodas de conversa como metodologia que possibilita o diálogo. In: **Anais eletrônicos** do Seminário internacional Fazendo o Gênero 10, desafios atuais dos feminismos. ISSN 2179-510x. 2012, Florianópolis, p. 1.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

GOFFMAN, E. **A representação do Eu na vida cotidiana**. 10ª ed. Petrópolis, Vozes, 2002, 273 p.

HABERMAS, J. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Brasiliense. 1983, 247 pg.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2003, 296 pg.

LANE, S. T. M. Consciência/Alienação: a ideologia no nível individual. In: LANE, S. T. M; CODO, W. (org.). **Psicologia Social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 40-47.

MEYER, D. E. E.; RIBEIRO, C.; RIBEIRO P. R. M. **Gênero, sexualidade e educação, 'olhares' sobre algumas das perspectivas teórico-metodológicas que instituem um novo g.e.** 2004.

TODOROV, T. **A vida em comum**: ensaio de antropologia geral. Campinas, SP: Papirus, 1996.

Como referenciar este artigo

GODOY, Diego Azevedo.; ROSSI, Célia Regina. A concepção de mulher retratada pelos diferentes gêneros musicais: propostas de pesquisas em políticas de identidades e identidades políticas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 1, p. 229-247, jan./mar., 2018. E-ISSN: 1982-5587.

Submetido em: 15/04/2017

Revisões requeridas: 27/04/2017

Aceito em: 15/07/2017